**Orçamento Geral da União e o privilégio dos gastos com o Sistema da Dívida**

**Por: Isabela Gonçalves Ribeiro**

Em um país onde austeridade tem sido a palavra chave para determinar os gastos da União com questões sociais, e que ao mesmo tempo dispensa mais de 30% de seu orçamento, como aconteceu em 2019, em prol da dívida pública, torna-se necessário analisar os privilégios desta dívida em relação aos demais compromissos.

A dívida pública em si não é algo errado ou criminoso, pois o Estado tem o direito de pegar recursos emprestados para poder garantir aos seus cidadãos políticas públicas eficientes. Porém, a dívida da forma que existe, passa longe de ser honesta, e acaba se tornando um Sistema da Dívida Pública. Isso porque sua existência é ilegítima e meramente financeira, com benefícios fora do normal. Tudo isso é impulsionado por taxas de juros exorbitantes, imposições de organismos internacionais que fingem neutralidade, como o FMI. Os credores da dívida, em sua maioria os grandes bancos mundiais, lucram cada vez mais às custas dos milhares de brasileiros e acentuam ainda mais as desigualdades, que também já são marcas do sistema econômico em que vivemos. Que por sua causa, faz possível a existência desta dívida financeira.

Entretanto, esses privilégios são legitimados de diversas formas, até mesmo pela Constituição Federal de 1988, que em seu Art.166 abre espaço para que o Legislativo altere e eleve o valor de pagamento destinado à dívida, sem ter que indicar a fonte dos recursos para isso. Enquanto ela tem essa mordomia constitucional, segundo o Art. 73 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o “gestor”público que não arcar com a dívida, mesmo que seja para garantir os direitos sociais, ele poderá responder por crime fiscal. A situação de privilégio fica mais óbvia - e assustadora - quando vemos que o Banco Central realiza - seguindo, é claro, as imposições do FMI - as chamadas “operações de mercado aberto” onde recolhe a sobra de caixa dos bancos e em troca lhes entrega títulos da dívida, para assim “evitar” um descontrole inflacionário, mas que na verdade sabemos que a inflação atual está diretamente ligada à privatização do nosso patrimônio público.

Achou pouco?! Tem mais absurdo. Para piorar mais uma vez toda a situação, quando é divulgado o valor gasto com juros da dívida pública, simplesmente não incluem a atualização monetária, isso porque a consideram como mera amortização da dívida. Entretanto todos os outros gastos sofrem atualização. Então se há atualização inflacionária em gastos com saúde ou previdência, por exemplo, é quase tudo contabilizado, exceto a dívida. É necessário que os juros nominais sejam contabilizados e divulgados com os gastos da União, pois, enquanto isso não acontece, ficamos sabendo, pelos dados oficiais, valores de juros da dívida bem menores que os que estão sendo efetivamente pagos.

Vendo toda essa teia de privilégios que, aliás, é muito bem articulada, podemos nos perguntar como isso é repassado para a população e a quem serve. São usadas várias ferramentas para moldar a opinião pública, como a ampla divulgação da necessidade de pagamento da dívida e de que o país precisa sair como bom pagador para organismos internacionais, isso tudo, difundido principalmente pelos grandes meios de comunicação. Ainda usam desse espaço para justificar a necessidade de reformas que na verdade, são precarizações. Tudo isso com um objetivo claro de beneficiar aqueles que já são detentores das maiores riquezas.

Ufa! São tantos privilégios e arranjos para beneficiar a dívida pública que fica difícil colocar tudo em apenas 3000 caracteres. Mas a certeza é que precisamos estar atentos. As tentativas de precarização estão sendo difundidas para todos os lados e, agora, a mais recente, é a contrarreforma administrativa. Fica ainda mais clara a urgência de uma auditoria integral da dívida, onde tenha participação popular, para que o povo brasileiro tome conhecimento que toda essa história de sair como bom pagador, de rigor com gastos primordiais e a dívida que nunca tem fim, serviram apenas para engordar os bolsos - há quem prefira a cueca -, do setor financeiro.